

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA

C.N.P.J. Nº 10.462.524/0001-58

Demonstrações financeiras correspondentes aos exercícios
findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Conteúdo:	Páginas:
Relatório dos Auditores Independentes	1
Balanços Patrimoniais	4
Demonstração Superávit (Déficit) do Resultado	5
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto	7
Demonstração do Valor Adicionado	8
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Administradores da
Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Permissão de uso: Conforme descrito na nota explicativa nº 08 os projetos "Guri na Capital e Grande São Paulo" e "Tom Jobim – Escola de Música do Estado de São Paulo" receberam bens tangíveis e intangíveis para uso de suas operações, registrados nas rubricas do ativo imobilizado e intangível. A Administração da Entidade, após proceder ao levantamento e emplacamento desses bens, protocolou em 21 de março de 2018, seu ofício SMC nº 072/2018 junto a Secretaria de Cultura de São Paulo, a relação detalhada do Termo de Permissão de Uso e aguarda a formalização.

Bens patrimoniais - Os bens patrimoniais do Theatro Municipal de São Paulo cedidos por Termo de Cessão de Uso a gestão anterior, não foram transferidos a nova gestão, pelo fato da empresa contratada não ter concluído o inventário e relatório até a emissão do nosso parecer.

Outros assuntos

Pelo fato da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina ter assumido as operações do Theatro Municipal de São Paulo somente a partir de 1º de novembro de 2020, as demonstrações financeiras referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de outubro de 2020 são de responsabilidade do Instituto Odeon e serão auditadas por outros auditores independentes.

Demonstração do valor adicionado - Adicionalmente, examinamos a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a qual está sendo apresentada com o



propósito de permitir análises adicionais, não sendo requerida como parte das demonstrações financeiras básicas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos nesse relatório e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem informações sobre atividades, conforme inserido na nota explicativa nº 10.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, com base nos procedimentos realizados e nas evidências obtidas quanto a essas outras informações, nossa responsabilidade é a de lê-las e, ao fazê-lo, considerar se estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas informações divulgadas, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

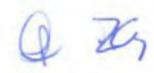
Os responsáveis pela Administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

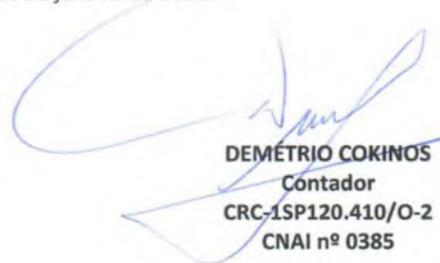
Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de janeiro de 2021.



COKINOS & ASSOCIADOS
Audítores Independentes S/S
CRC-2SP 15.753/O-0



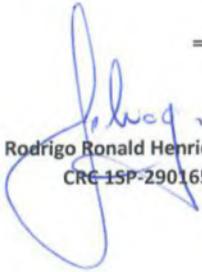
DEMÉTRIO COKINOS
Contador
CRC-1SP120.410/O-2
CNAI nº 0385

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA
C.N.P.J. Nº 10.462.524/0001-58
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO
Em reais

ATIVO	N.E	2020	2019	PASSIVO	N.E	2020	2019
Circulante		51.515.075	14.492.181	Circulante		51.413.998	14.248.564
Caixa e equivalentes de caixa	(04)	51.002.531	13.895.859	Fornecedores		948.858	53.814
Banco C/Movimento – Recursos sem Restrição		-	386	Arrendamento Operacional (NBC TG 06)		141.865	108.752
Banco C/Movimento – Recursos com Restrição		285.801	5.646	Obrigações trabalhistas	(10)	3.064.007	-
Aplicações Financeiras – Recursos sem Restrição		260.187	216.941	Encargos sociais	(11)	1.954.715	96.357
Aplicações Financeiras – Recursos com Restrição		50.456.542	13.672.887	Obrigações tributárias		2.252.010	-
Outros Créditos	(05)	107.406	144.931	Outras Contas a pagar		67.757	25.321
Contas a receber	(06)	-	29.023	Férias e encargos a pagar		5.734.085	1.419.421
Despesas antecipadas		65.184	55.667	Provisão para contingências	(14)	-	244.105
Estoques	(07)	339.954	366.702	Projetos	(12)	24.552.205	5.508.376
				Fundos	(13)	12.698.495	6.792.420
Não Circulante		4.735.627	5.815.367	Não Circulante		2.274.603	3.176.646
Realizável a Longo Prazo		250.067	250.067	Exigível a Longo Prazo		2.274.603	3.176.646
Contingências Judiciais Ativas		250.067	250.067	Provisão para contingências	(14)	274.512	391.962
				Recursos aplicados em ativo permanente	(15)	2.000.091	2.697.954
Permanente		4.485.559	5.565.299	Arrendamento Operacional (NBC TG 06)		-	86.730
Imobilizado	(08)	4.343.695	5.369.817				
Bens sem Restrição		3.924.779	3.924.779	Patrimônio Líquido	(17)	2.562.101	2.882.338
Bens com Restrição		13.594.230	13.540.319				
(-) Depreciação Acumulada		(13.175.314)	(12.095.281)				
Intangível	(09)	-	-				
Direito de Uso - Arrendamento (NBC TG 06)		141.865	195.482				
TOTAL DO ATIVO		56.250.701	20.307.548	TOTAL DO PASSIVO		56.250.701	20.307.548


Rosane Ghedin
Diretora Presidente

Ir. Rosane Ghedin
RG: 19.838.222-4
CPF: 128.400.028-17
Diretora Presidente


Rodrigo Ronald Henrique da Silva
CRC-1SP-290165/O-2

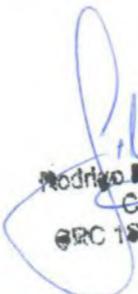
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA
C.N.P.J. Nº 10.462.524/0001-58
DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO
Em reais

	N.E	<u>2020</u>	<u>2019</u>
		TOTAL	TOTAL
RECEITAS OPERACIONAIS		82.576.952	68.472.616
Receitas operacionais		81.885.021	68.288.771
Com Restrição		81.885.021	68.288.771
Recursos dos contratos de gestão	(18)	80.077.725	65.309.526
Projetos especiais	(19)	1.807.295	2.979.245
Outras receitas operacionais	(20)	691.931	183.845
Outras receitas		166.494	103.369
Doações		499.606	60.496
Receitas financeiras		13.816	8.480
Receitas com trabalhos voluntários	(25)	12.016	11.500
DESPESAS OPERACIONAIS		(82.897.188)	(68.882.674)
Despesas operacionais	(22)	(82.897.188)	(68.882.674)
Despesas com pessoal		(49.903.059)	(35.952.465)
Despesas com encargos sociais		(15.395.135)	(11.163.609)
Despesas administrativas		(3.555.265)	(4.247.586)
Depreciação	(08)	(1.082.123)	(1.303.800)
Serviços prestados por terceiros		(12.181.271)	(14.142.359)
Despesas com locação		(517.338)	(1.767.271)
Impostos e taxas		(171.074)	(232.923)
Despesas Financeiras		(78.473)	(60.066)
Outras despesas		(1.435)	(1.094)
Despesas com trabalhos voluntários	(25)	(12.016)	(11.500)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		<u>(320.237)</u>	<u>(410.058)</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras


 Ir. Rosane Ghedin
 RG: 19.838.222-4
 CPF: 128.400.028-17
 Diretora Presidente


 Rodrigo Ronald H. Silva
 Contador
 CRC 1SP-200105/O-2

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA
C.N.P.J. N° 10.462.524/0001-58
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO
Em reais

	N.E	2020	2019
Patrimônio líquido			
No início do exercício		2.882.338	3.292.396
Doação de bens patrimoniais		-	-
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-
Superávit (déficit) do exercício		(320.237)	(410.058)
No final do exercício	(17)	2.562.101	2.882.338

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras


Rodrigo Ronald H. Silva
 Gerente
 CRC 189.221/410-2



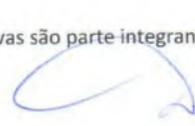

Ir. Rosane Ghedin
 RG: 19.838.222-4
 CPF 128.400.028-17
 Diretora Presidente

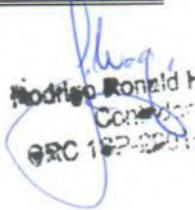


ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA
 C.N.P.J. Nº 10.462.524/0001-58
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
 (em reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (déficit) do exercício	(320.237)	(410.058)
Depreciação e amortização	1.082.123	1.303.800
Provisão para contingências	(361.556)	555.162
Doações patrimoniais	-	-
Resultado ajustado	400.331	1.448.903
VARIAÇÕES DO ATIVO E PASSIVO		
(Aumento) / redução nos ativos em		
Adiantamentos diversos	37.525	50.529
Contas a receber	29.023	40.538
Despesas antecipadas	(9.518)	(6.286)
Estoques	26.748	39.918
Direito de Uso - Arrendamento NBCTG 06	53.618	(195.482)
Aumento / (redução) nos passivos em		
Fornecedores	895.045	(36.741)
Arrendamento Operacional NBC TG 06	(53.618)	195.482
Obrigações trabalhistas	3.064.007	-
Encargos sociais	1.858.358	9.018
Obrigações tributárias	2.252.010	(118)
Contas a pagar	42.436	(12.829)
Férias e encargos a pagar	4.314.665	(718.579)
Projetos	19.043.829	(749.207)
Fundos	5.906.076	277.569
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	37.860.535	342.715
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições do ativo imobilizado	(58.601)	(242.410)
Baixas do ativo imobilizado	2.600	21.694
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(56.001)	(220.716)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recursos aplicados em ativos permanentes	(697.863)	(774.824)
Caixa Líquido gerado nas Atividades de Financiamento	(697.863)	(774.824)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>37.106.672</u>	<u>(652.825)</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	13.895.859	14.548.685
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>51.002.531</u>	<u>13.895.860</u>
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>37.106.672</u>	<u>(652.825)</u>

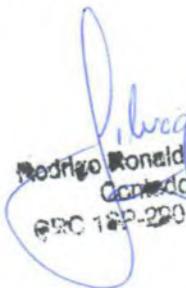
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras


 Ir. Rosane Ghedin
 RG: 19.838.222-4
 CPF: 128.400.028-17
 Diretora Presidente


 Rodrigo Ronald H. Silva
 Controlador
 CRC 182.200/00000-1

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA
C.N.P.J. Nº 10.462.524/0001-58
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Em reais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
	TOTAL	TOTAL
RECEITAS OPERACIONAIS BRUTAS	82.551.120	68.452.635
Receitas dos projetos	81.885.021	68.288.771
Outras receitas	166.494	103.369
Com doações, verbas e outras	499.606	60.496
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	15.737.971	18.391.040
Serviços de terceiros	12.181.271	14.142.359
Despesas administrativas e gerais	3.556.700	4.248.681
VALOR ADICIONADO BRUTO	66.813.150	50.061.595
RETENÇÕES	1.082.123	1.303.800
Depreciação	1.082.123	1.303.800
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	65.731.026	48.757.796
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	13.816	8.480
Receitas financeiras	13.816	8.480
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	65.744.842	48.766.276
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	65.744.842	48.766.276
Pessoal e encargos	65.298.194	47.116.074
Impostos, taxas e contribuições	171.074	232.923
Juros e Aluguéis	595.811	1.827.337
Superávit (déficit)	(320.237)	(410.058)


 Rodrigo Ronald H. Silva
 Controlador
 CRC 12P-220165/0-2

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras




 Ir. Rosane Ghedin
 RG: 19.838.222-4
 CPF 128.400.028-17
 Diretora Presidente

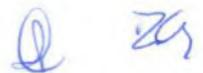


Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019.



9



1. Contexto Operacional

A Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, constituída em 23 de outubro de 2008, é uma associação de direito privado, de natureza confessional, educacional, cultural, assistencial, beneficente e filantrópica, sem fins econômicos e lucrativos, que atua com a missão de formar pessoas utilizando a educação, a cultura e a assistência social como instrumentos de promoção, defesa e proteção da infância, da adolescência, da juventude e de adultos, em consonância com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto do Idoso, regida pelo seu Estatuto Social e pela legislação aplicável.

A Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina participou de convocações públicas através da Resolução SC nº 44/2017 e nº 45/2017 de 21 de outubro de 2017, e posteriormente celebrou os Contratos de Gestão Nº 04/2017 e 05/2017, com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Governo do Estado de São Paulo por meio dos Processos SC/1344496/2017 e do Processo SC/1380279/2017, tendo como objeto o fomento, a operacionalização da gestão e a execução, das atividades na área cultural do Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo e da Escola de Música do Estado de São Paulo – EMESP TOM JOBIM, Theatro São Pedro, Orquestra do Teatro São Pedro - ORTHESP e Teatro Caetano de Campo, ambos contratos para o período de 01/01/2018 à 31/12/2022.

PROGRAMA GURI CAPITAL E GRANDE SÃO PAULO

No Guri na capital e Grande São Paulo, a criança começa seus estudos aos 6 anos, na iniciação musical. É por meio de atividades lúdicas e práticas que os alunos dão seus primeiros passos. Depois da iniciação vêm os cursos sequenciais, em que meninos e meninas, a partir dos 10 anos, estudam canto ou instrumento, além de coral, prática de conjunto e teoria musical – tudo isso por meio de aulas coletivas. Voltado para crianças e adolescentes, o programa proporciona a oportunidade de crescimento cultural e inclusão social, por meio de uma educação musical de qualidade apoiada por um trabalho social efetivo. Sempre apostando na plena capacidade de desenvolvimento do ser humano, o Guri oferece não apenas uma rede de apoio para seus alunos e alunas, mas também para seus familiares e comunidades nas quais o programa atua. Desde 2008, o Guri na Capital e na Grande São Paulo é gerido pela Santa Marcelina Cultura. Além do ensino cotidiano nos diversos polos de ensino, os alunos e alunas que queiram aprofundar seus desafios artísticos podem participar dos Grupos Infantis e Juvenis, onde, com ensaios e performances, se preparam para uma vivência cultural ainda mais ampla. Esses grupos, formados por alunos e alunas de diversas regiões da cidade e da Grande São Paulo, se apresentam em importantes espaços culturais, como teatros, CEUs, igrejas e museus.



EMESP TOM JOBIM

Criada em 1989, a Escola de Música do Estado de São Paulo – Emesp Tom Jobim, é referência no ensino de música no Brasil, e tem em seu corpo docente profissionais com reconhecimento internacional. Da música clássica à popular, antiga à contemporânea, o projeto artístico-pedagógico da escola visa uma formação rica e abrangente, oferecendo aos alunos e alunas uma experiência em que performance e aula são indissociáveis. Mais de 1.300 alunos e alunas passam pela Emesp Tom Jobim todo ano, em Cursos Regulares (Formação e Especialização) e Cursos Livres. Com foco na profissionalização de jovens músicos, a Emesp Tom Jobim oferece também bolsas de estudos e experiências de aprimoramento artístico-pedagógico para os alunos e alunas que participam dos Grupos Artísticos: Orquestra Jovem do Estado de São Paulo, Orquestra Jovem Tom Jobim, Banda Sinfônica Jovem do Estado e Coral Jovem do Estado.

THEATRO SÃO PEDRO

Fundado em 1917, o Theatro São Pedro é uma das casas de espetáculo mais ativas de São Paulo. Reinaugurado em 1998 após extensa reforma, desde então persegue a vocação de teatro de ópera da capital. Em 2010, com a criação da Orquestra do Theatro São Pedro, consolidou-se no cenário musical brasileiro como uma alternativa de qualidade – apostando na diversidade, a casa encontrou seu lugar. Ao abrir as portas para a cidade, aproximou público e artistas e criou um espaço em que arte, música e sociedade estão em constante debate. Além da temporada profissional, o Theatro São Pedro investe também na formação de jovens profissionais da ópera, e oferece bolsas de estudos e aprimoramento artístico-pedagógico para os alunos e alunas que participam da Academia de Ópera e da Orquestra Jovem do Theatro São Pedro.

THEATRO MUNICIPAL DE SÃO PAULO (TMSP)

A Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina por meio do TERMO DE COLABORAÇÃO n.º 01/FTMSP/2020, com vigência de 01/11/2020 a 30/04/2021 em caráter emergencial, termo que tem por objeto o fomento e o gerenciamento do Complexo Theatro Municipal de São Paulo (TMSP) e os corpus artísticos a ele vinculados, compreendendo os seguintes objetos culturais:

- a) Edifício histórico e todos os bens móveis do Theatro Municipal de São Paulo. Incluindo todas as despesas decorrentes, bem como a programação de atividades a ele vinculada e suas regras de utilização;
- b) Edifício da Praça das Artes e seus bens móveis, incluindo todas as despesas decorrentes, bem como a programação de atividades a ele vinculadas, excetuando-se as atividades relacionadas à Escola de Dança de São Paulo e a Orquestra Experimental de Repertório, assumindo apenas a programação desta última;
- c) Centro de Documentação e Memória, que contempla a gestão e conservação do Acervo Histórico do Theatro Municipal, incluindo todas as despesas decorrentes;
- d) Central Técnica de Produções Chico Giacchieri, que compreende 7 (sete) áreas identificadas na Central Técnica do Pari, que contempla a gestão de seu acervo e todas as despesas decorrentes;
- e) Orquestra Sinfônica Municipal, que compreende seus músicos, regentes e equipe técnica, bem como agenda, programação, instrumentos e produção de seus concertos;

f) Coral Lírico, que compreende seus cantores, regentes e equipe técnica, bem como agenda, programação, instrumentos e produção de suas récitas;

g) Coral Paulistano, que compreende seus cantores, além de regentes e equipe técnica, bem como agenda, programação, instrumentos e produção de suas récitas;

h) Quarteto de Cordas, que compreende seus músicos, bem como agenda, programação e produção de seus concertos;

i) Balé da Cidade de São Paulo, que compreende seus bailarinos, diretores artísticos e equipe técnica, bem como agenda, programação, instrumentos e produção de seus espetáculos.

Os meses de novembro e dezembro de 2020 que marcaram o início da gestão emergencial da Santa Marcelina Cultura no CTMSP, foram sobretudo meses de transição administrativa e de Recursos Humanos. Mesmo assim, foi possível realizar apresentações musicais no mês de dezembro em benefício da população. Realizamos programa sinfônico com a Orquestra Sinfônica Municipal de São Paulo, sob regência de Roberto Minczuk, por meio de dois concertos que foram divididos em quatro vídeos gravados e disponibilizados ao público gratuitamente no canal de Youtube do Theatro Municipal de São Paulo. Este programa em homenagem aos 250 anos de Beethoven conquistou mais de 18,7 mil visualizações. Ainda em dezembro, foi possível reabrir as portas do Theatro Municipal de São Paulo, após 10 meses fechado, com a capacidade reduzida a 25% e seguindo todos os protocolos sanitários pertinentes. Foram realizadas duas apresentações especiais de Natal, sendo uma com Coro Lírico e outra com o Coral Paulistano, ambas contaram com a participação de músicos da Orquestra Sinfônica Municipal de São Paulo. Mais de 500 pessoas puderam estar presentes no TMSP e outras mais de 14 mil puderam acompanhar os concertos de suas casas, por meio das transmissões ao vivo realizadas e disponibilizadas gratuitamente no canal de Youtube do Theatro Municipal. A Temporada de 2021, também foi lançada no mês de dezembro contemplando diferentes espetáculos de todos os corpos artísticos do CTMSP até a data limite de vigência deste Termo de Colaboração.

2. Base de preparação

a. *Declaração de conformidade*

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e especial, a Resolução CFC nº 1.409/2012 que aprovou a ITG 2002 (R1) Entidades sem finalidade de lucro e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A presente demonstração financeira inclui dados não contábeis e dados contábeis como, operacionais, financeiros. Os dados não contábeis também foram objeto de auditoria e/ou outros procedimentos por parte dos auditores independentes.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Associação em 20 de janeiro de 2021.

b. *Base de mensuração*

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. *Moeda funcional e moeda de apresentação*

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 3 c - Valor depreciável e vida útil econômica do ativo imobilizado.
- Nota explicativa nº 13 - Provisão para contingências

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Associação.

a. Adoção inicial do CPC 06 R2/IRFS 16 – Operação de Arrendamento Mercantil

De acordo com a nova determinação definida no IFRS 16/CPC 06 (R2), os arrendatários devem reconhecer em seu passivo os pagamentos futuros e no seu ativo o direito de uso do bem arrendado para os contratos de arrendamento mercantil.

Desta forma, os contratos de arrendamento financeiro e operacional passam a ter tratamento contábil semelhante, ficando fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor.

A Administração, após analisar todos os contratos em vigor, concluiu que diversos se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Alguns desses contratos preveem uma despesa de aluguel variável, com valores atualizados anualmente através de índices de inflação implícitos nos contratos ou se não identificável a última captação a mercado, cujo valor é reconhecido mensalmente.

A Entidade adotou a IFRS 16 para o ano exercício de 2019 usando uma abordagem retrospectiva modificada que resulta na aplicação prospectiva da norma. A abordagem retrospectiva modificada não requer a atualização das informações contábeis do período anterior.

Na adoção inicial foi utilizado os seguintes expedientes práticos requeridos pela norma:

- a) Taxa de desconto contida na última captação a mercado realizada por qualquer empresa do Grupo, líquida da inflação dos últimos 12 meses;
- b) Contratos inferiores a 12 meses e de baixo valor não foram considerados para fins de cálculo da norma.
- c) A contabilização de pagamentos como despesas no caso de arrendamentos cuja composição de valor dependa de variável; e
- d) O cálculo da renovatória será considerado apenas quando a renovação for praticamente certa.

Os bens foram reconhecidos a valor presente no grupo ativo imobilizado como Direito de Uso e no passivo circulante em valores a curto prazo descontado o tributo e as taxas de juros e, no passivo não circulante em valores a longo prazo descontados as taxas de juros, porém o tributo será destacado somente a curto prazo por entendermos ser de natureza incidental e ter seu fato gerador quando do pagamento aos arrendadores pessoas naturais.

O maior impacto se dará no aumento do endividamento a Curto e Longo Prazo e consequente queda do índice de liquidez corrente tendo em vista a contrapartida do passivo estar reconhecida integralmente no grupo do imobilizado.

b. Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros não derivativos

A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa. Os recursos financeiros que a Associação possui, mas que estão vinculados a projetos são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos.

Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento, aplicações financeiras e fundos de reserva e contingência que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2020 e 2019.

c. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Os valores recebidos e empregados dos Contratos de Gestão e Projetos Especiais originados de contratos com a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo e Lei Rouanet, vinculadas ao Ministério da Cultura, são registrados da seguinte forma, em conformidade com a CPC 07 (R1):

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido um ativo (recursos vinculados a projetos) em contrapartida a projeto a executar no passivo circulante.
- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos dos contratos de gestão, são reconhecidas as despesas e receitas correspondentes em montantes equivalentes, ou seja, sem impacto no resultado do exercício.
- **Aquisição de bens:** Quando ocorre a aquisição de bens dos contratos de gestão são reconhecidos os ativos imobilizados e intangíveis, em contrapartida a uma receita diferida no passivo não circulante.
- **Rendimentos de aplicações financeiras:** Quando ocorre o rendimento de aplicações financeiras são reconhecidos os acréscimos de ativos em contrapartida a projeto a executar no passivo circulante.

Em consequência à prática contábil adotada pela Associação, os efeitos no resultado do exercício relacionados ao contrato de gestão são nulos pois todas as despesas incorridas com esses projetos

são vinculadas a recursos recebidos com utilização específica nesses projetos. A Associação não possui nenhuma outra fonte de recursos e despesas que não estejam amparados pelo contrato de gestão ou por projetos de lei de incentivo.

d. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou doação, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessário.

Depreciação

A depreciação acumulada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e. Intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem, basicamente, os ativos adquiridos de terceiros (softwares) e são mensurados pelo custo total de aquisição. A amortização foi calculada pelo método linear, com base nas taxas de 20% a.a., e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

f. Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Associação não identificou nenhum ativo com redução no seu valor recuperável.

g. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos, calculáveis e acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

h. Receita diferida (recursos aplicados em ativos permanentes)

Os valores reconhecidos como receita diferida representam os ativos imobilizados e intangíveis recebidos em doação, mensurados ao valor justo, e ativos adquiridos de terceiros, que são

h. Receita diferida (recursos aplicados em ativos permanentes)

Os valores reconhecidos como receita diferida representam os ativos imobilizados e intangíveis recebidos em doação, mensurados ao valor justo, e ativos adquiridos de terceiros, que são reconhecidos como uma receita diferida no passivo não circulante e são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência, no mesmo prazo e pelos mesmos montantes das despesas de depreciação e amortização do ativo imobilizado em atendimento a CPC 07 (R1).

As demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2019, divulgada para fins de comparabilidade, foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de melhor apresentação

4. Caixas e Equivalentes de Caixa

Descrição	2020	2019
Bancos	-	386
Aplicações financeiras	260.187	216.941
Recursos Sem Restrição	260.187	217.327
Bancos	285.801	5.646
Aplicações financeiras	50.456.542	13.672.887
Recursos Com Restrição	50.742.343	13.678.533
Total	51.002.530	13.895.859

Os recursos com restrição são referentes a valores recebidos pela Associação em razão de contratos celebrados com o ente público e, serão aplicados exclusivamente para execução da finalidade contratualizada.

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados de acordo com as médias de remuneração do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Outros Créditos

	2020	2019
Adiantamento de férias	83.170	139.353
Adiantamento a fornecedores	15.418	-
Outros	8.818	5.578
	107.406	144.931

6. Contas a receber

	2020	2019
Contas a receber – Contrato de gestão nº 05/2017	-	-
Outras contas à receber	-	29.023
	-	29.023

Os estoques existentes em 31 de dezembro estão valorizados pelo custo médio, que não superam o valor de mercado e estão assim discriminados:

	2020	2019
Material de escritório	56.277	59.338
Suprimentos musicais	232.092	257.573
Demais estoques	51.585	49.791
Total	339.954	366.702

8. Imobilizado

Os bens de uso estão demonstrados com base no valor original de custo deduzido da depreciação.

Descrição	Taxas	2020			2019
		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Imóveis	4%	1.058.109	(85.104)	973.005	1.015.329
Instalações	10%	35.258	(31.307)	3.951	7.477
Equipamentos	10%	1.113.686	(816.606)	297.080	389.236
Móveis e utensílios	10%	1.131.453	(952.602)	178.851	239.671
Veículos	10%	364.692	(364.692)	-	-
Instrumentos musicais	10%	12.679.424	(9.817.769)	2.861.655	3.650.460
Ferramentas	10%	1.771	(1.629)	142	223
Computadores e periféricos	20%	1.108.690	(1.079.749)	28.941	67.225
Telefones	10%	25.925	(25.855)	70	197
Subtotal		17.519.009	(13.175.314)	4.343.695	5.369.818

Objeto do Contrato	2019	2020		
	Direito de Uso	Adições Realizadas	Despesas Realizadas	Direito de Uso
IMÓVEIS	195.482	94.615	(148.233)	141.865
Subtotal	195.482	94.615	(148.233)	141.865

(*) Os Bens de uso de arrendamento mercantil são lançados no grupo de imobilizado e reconhecidos segundo critérios no atendimento ao CPC 06 R2/IFRS 16, conforme nota 3.a.

Total do Imobilizado + Direito de Uso	4.485.560
--	------------------

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	2020	2019
Saldos no início do exercício	5.565.300	6.458.096
Adições		
Imóveis	-	-
Equipamentos	-	47.811
Móveis e utensílios	8.029	15.504
Veículos	-	-
Instrumentos musicais	50.572	169.020
Ferramentas	-	-
Computadores e periféricos	-	4.880
Telefones	-	-

Baixas líquidas	(2.600)	(21.694)
Ajuste de depreciação	-	-
Depreciações	(1.082.123)	(1.303.800)
Bens de Uso Locação/Arrendamento	(53.618)	195.482
Saldos no fim do exercício	4.485.560	5.565.299

(a) Imobilizado com Restrição

Descrição	Taxas	2020			2019
		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Instalações	10%	35.258	(31.307)	3.951	7.477
Equipamentos	10%	963.143	(735.329)	227.814	305.072
Móveis e utensílios	10%	1.093.239	(920.774)	172.464	229.463
Veículos	20%	364.692	(364.692)	-	-
Instrumentos musicais	10%	10.001.512	(8.434.803)	1.566.709	2.088.298
Ferramentas	10%	1.771	(1.629)	142	223
Computadores e periféricos	20%	1.108.690	(1.079.749)	28.941	67.225
Telefone	10%	25.925	(25.855)	70	197
Total		13.594.230	(11.594.139)	2.000.091	2.697.955

(b) Imobilizado sem restrição

Descrição	Taxas	2020			2019
		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Imóveis	4%	1.058.109	(85.104)	973.005	1.015.329
Equipamentos	10%	150.543	(81.277)	69.266	84.164
Móveis e utensílios	10%	38.214	(31.828)	6.386	10.208
Instrumentos musicais	10%	2.677.913	(1.382.966)	1.294.947	1.562.162
Total		3.924.779	(1.581.175)	2.343.604	2.671.863

A fim de atender ao que determina o Item 13, da Cláusula Segunda do Contrato de Gestão 04/2017 – GURI NA CAPITAL E GRANDE SÃO PAULO E 05/2017 – ESCOLA DE MÚSICA DO ESTADO DE SÃO PAULO – EMESP TOM JOBIM, THEATRO SÃO PEDRO, ORQUESTRA DO THEATRO SÃO PEDRO – ORTHESP E TEATRO CAETANO DE CAMPOS, encaminhamos por meio dos Ofícios SMC nºs 072/2018 e 073/2018 de 21/03/2018, relação contendo os bens e equipamentos que serão utilizados para a realização das atividades contratualizadas. Os bens foram devidamente inventariados e emplaquetados pela Santa Marcelina Cultura e aguardam a devido Termo de Permissão de Uso a ser emitido pela Secretaria.

9. Intangível

Abrange ativos incorpóreos, classificados conforme pronunciamento CPC 04, aprovado pela NBC T. 19.8, Resolução CFC nº 1.139/08 e NBC T 19.8 – IT 1 – Resolução CFC n.º 1.140/08.

Descrição	Taxa	2020	2019
Software		97.177	97.177
Amortização acumulada	20%	(97.177)	(97.177)
Saldo Final		-	-

 19



10. Obrigações Trabalhistas, Férias e Encargos

Obrigações Trabalhistas – (TMSP)	2020
Salários a Pagar	3.038.004
Pensão Alimentícia a Pagar	20.957
Rescisão	5.046
Total	3.064.007

Férias e Encargos - (TMSP)	2020
Férias a Pagar	3.337.803
Encargos s/ Provisão de Férias	1.119.693
Total	4.457.496

11. Encargos Sociais e Obrigações Tributárias

Encargos Sociais – (SMC)	2020	2019
INSS a recolher	-	96.357
	-	96.357

Encargos Sociais – (TMSP)	2020
FGTS A RECOLHER	498.584
PIS S/ SALARIO A PAGAR	62.701
INSS S/SALARIOS A PAGAR	1.393.430
Total	1.954.715

Obrigações Tributárias – (TMSP)	2020
PIS/COFINS/ CSLL - UNIFICADOS	57.647
I.R.R.F S/SERVICO DE TERCEIROS (PJ)	12.992
INSS S/SERVICOS DE TERCEIROS (PJ) SEGURIDADE	118.764
I.S.S S/SERVIÇOS PRESTADOS - PJ	23.675
I.R. S/SALARIOS A RECOLHER	2.038.932
Total	2.252.010

12. Projetos

		2020	2019
Projeto a executar	Curto Prazo	24.552.206	5.508.376
		24.552.206	5.508.376

Projeto a executar refere-se a recursos já recebidos pela Associação, porém ainda não utilizados que serão reconhecidos no resultado de acordo com o regime de competência.

A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Associação e os rendimentos financeiros desses recursos bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo) e valores despendidos com a aquisição

de bens integrantes do ativo imobilizado.

	2020					
	Saldo anterior	Valores recebidos	Rendimentos financeiros	Consumo	Dotação especial	Valor residual
PRONAC 119.736 - CONCERTOS MUSICAIS	140	-	-	-	-	140
PRONAC 1410801 - PLANO ANUAL 2015	450	-	-	-	-	450
PRONAC 176.510 - PLANO ANUAL SMC 2018	80.556	-	42	-	-	80.598
PRONAC 18.3581 PLANO ANUAL SMC 2019	59.715	-	932	-	-	60.647
PRONAC 19.2866 - PLANO ANUAL SMC 2020	-	7.588.228	32.998	(1.807.295)	-	5.813.931
Contrato de Gestão - Projeto Guri (04/2017)	3.208.439	29.731.382	22.203	(23.655.943)	-	9.306.081
Contrato de Gestão - Projeto Emesp (05/2017)	488.147	31.851.286	19.320	(30.691.425)	(58.601)	1.608.727
Outros Recursos (05/2017)	1.670.929	179.699	-	(23.397)	-	1.827.231
TERMO DE COLABORAÇÃO 01 FTMSP	-	29.096.923	3.324	(23.245.846)	-	5.854.401
	5.508.376	98.447.518	78.819	(79.423.906)	(58.601)	24.552.206

Valores recebidos - Referem-se aos montantes financeiros efetivamente recebidos no exercício.

Rendimentos financeiros - referem-se a rendimentos das aplicações financeiras dos recursos repassados pela SEC para realização das atividades do plano de trabalho, vinculados aos projetos De acordo com a norma contábil, são reconhecidos no ativo em contrapartida aos projetos a executar no passivo (vide nota explicativa 3.b - práticas contábeis).

Consumo - Referem-se aos gastos que foram empregados nos projetos ao longo do exercício social. Os consumos de projetos a incorrer dão origem as receitas e despesas da Entidade.

Dotação especial - Referem-se aos recursos que foram empregados na aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado.

A Administração da Associação entende que em 2020 todas as metas foram cumpridas adequadamente e aguarda a formalização conclusiva da análise dos relatórios de atividades encaminhados à Secretaria de Estado da Cultura e Economia Criativa, sem qualquer manifestação contrária.

Plano Anual de Atividades da Santa Marcelina Cultura 2020, PRONAC: 19 2866

O projeto *Plano Anual de Atividades da Santa Marcelina Cultura 2020* foi inscrito com o objetivo de complementar as ações estabelecidas no Contrato de Gestão que a Santa Marcelina Cultura tem com o Governo do Estado de São Paulo, por meio de uma vasta programação artístico-pedagógica, em benefício a formação musical de mais de 14 mil alunos, alunas, comunidades e público em geral.

Todas as ações propostas foram planejadas seguindo os três pilares de atuação da Instituição: Formação Musical, Responsabilidade Social e Difusão Artística.

Em função da pandemia do coronavírus nem todas as atividades planejadas puderam ser realizadas e algumas delas tiveram que passar por adaptações. Sendo assim, a Santa Marcelina Cultura tomou algumas medidas para priorização das atividades que foram realizadas pelo Projeto com o objetivo de desenvolver ações com a qualidade exigida pela instituição e com segurança para todos os envolvidos.

Isto posto, foram desenvolvidas as seguintes ações – caracterizadas também como objetivos específicos do Projeto.

1. Projeto Música nos Hospitais – Temporada 2020

O projeto foi adaptado por conta da pandemia do Covid 19, das 50 apresentações previstas, foram realizadas apenas 20 apresentações, pois a instituição aguardou a fase verde da cidade de São Paulo, que permitia apresentações musicais e a retomada das aulas, mesmo que virtuais. O projeto foi estruturado com duas diferentes turmas: uma de veteranos – composta por alunos que já participaram do projeto nos anos anteriores (TURMAS de 2016, TURMA 2017 e 2018), e uma turma de calouros – que participou do projeto em 2019 e compuseram a turma de “novatos” de 2020 (não foi possível a abertura de vagas para novos alunos, por conta da pandemia). Todos os alunos puderam participar dos 06 Workshops on-line realizados em parceria com os Doutores da Alegria. As duas turmas juntas totalizaram **31** alunos inscritos nas aulas virtuais/workshops e 28 alunos inscritos para participarem das apresentações presenciais nos hospitais (03 alunos optaram por participar apenas de forma virtual por estarem dentro do grupo de risco para a Covid 19).

Também foram realizadas um total de **20 apresentações**, todas contaram com transmissões ao vivo pelas redes sociais da Santa Marcelina Cultura, beneficiando gratuitamente **13.581** pessoas.

2 Grupos Musicais do Guri Santa Marcelina.

A Temporada artístico-pedagógica dos Grupos Infantis, Juvenis e de Familiares do Guri Santa Marcelina também foi priorizada dentre as atividades realizadas pelo projeto em 2020, mesmo mediante a pandemia do Covid 19. Para que ela fosse possível de ser realizada, foram implementadas diversas adaptações, a principal delas é que toda temporada foi realizada de forma virtual, a fim de preservar as alunas, alunos e familiares do Guri Santa Marcelina. Foram **20 apresentações virtuais** com os 10 Grupos Infantis e Juvenis do Guri, para **um público de 217.923** pessoas.

3. Temporada dos Grupos Artísticos de Bolsistas da EMESP Tom Jobim e do Theatro São Pedro

Em virtude da pandemia de Covid 19, a temporada dos Grupos Artísticos de Bolsistas da EMESP Tom Jobim e do Theatro São Pedro também sofreu diversas alterações, as alunas e alunos realizaram grande parte de suas atividades de forma remota/virtual. Aconteceram apresentações presenciais apenas nos meses de fevereiro, novembro e dezembro.

As atividades dos Grupos priorizadas foram no projeto foram:

3.1 - Prêmios da Orquestra Jovem do Estado: Em cerimônia realizada na Sala São Paulo, no dia 06 de dezembro de 2020, durante concerto de encerramento da temporada 2020 da Orquestra Jovem do Estado, foram feitos os anúncios dos vencedores do 9º Prêmio Ernani de Almeida Machado. Em 2020, lançamos uma nova categoria “Maria Vischinia” com intuito de realizar uma ação afirmativa para mulheres, considerando a importância de ampliar e criar representatividade feminina na música. Os seis vencedores de 2020 receberão seus prêmios em 2021. Em 2020, foram pagos os prêmios dos vencedores de 2019. A cerimônia de entrega do prêmio foi realizada presencialmente seguindo todos os protocolos de segurança em relação ao Covid 19, e também transmitida ao vivo pelo canal de Youtube da EMESP Tom Jobim.

3.2 - Complementação de Bolsas Incentivo: Por conta da pandemia da Covid 19, os alunos realizaram ensaios e apresentações, tanto de forma virtual, como presencial. A complementação das bolsas incentivo para os 244 alunos e alunas dos 6 Grupos Artísticos de Bolsistas da EMESP Tom Jobim e do Theatro São Pedro foi priorizada pela Instituição e ocorreu normalmente sem alterações nos meses de fevereiro a dezembro de 2020.

4. Complementação da Programação do Theatro São Pedro

A Santa Marcelina Cultura havia previsto a realização da temporada da jazz-ópera West Side Story. As apresentações iniciariam em 17 de abril de 2020, porém, por conta da extensão da quarentena o evento foi cancelado haja vista a complexidade da produção e o grande número de pessoas envolvidas em sua produção e elenco. Como a pré-produção da temporada iniciou-se em janeiro de 2020, algumas atividades já haviam sido realizadas, portanto, mesmo com evento cancelado, houve despesas pagas no período tais como: figurino, cenário, locação da sala de ensaios e alguns cachês. Pretende-se realizar a montagem no ano de 2021, caso as condições sanitárias sejam favoráveis.

13. Fundos de reserva e de contingências

(a) Recursos de reserva e provisões

Tem a finalidade de constituir uma reserva de recursos sob a tutela do Conselho de Administração, que poderá ser utilizada na hipótese de atraso superior a 5 (cinco) dias no repasse de recursos por parte da Secretaria. A Utilização destes recursos fica condicionada à prévia aprovação pelo Conselho de Administração da SMC, sendo que os respectivos valores deverão ser restituídos à reserva em até 3 (três) dias úteis após a efetivação do repasse pela Secretaria.

	2020	2019
Recursos de Reserva Contrato 04/2017 - Guri	1.836.328	1.800.430
Recursos de Reserva Contrato 05/2017 – Emesp	2.140.906	2.098.902
Fundo de Reserva Termo de Colaboração 01/FTMSP/2020 – TMSP	5.270.173	-
Total Reservas e provisões	9.247.407	3.899.332

(b) Recursos de contingências

Tem a finalidade de suportar eventuais contingências conexas à execução do programa de trabalho, o valor é composto através de percentual estipulado sobre o valor global repassado pela Secretaria, observados os preceitos do artigo 5º, inciso VI, alínea “g” do Decreto Estadual 43.493/1998, com as alterações do Decreto Estadual 62.528/2017.

Na composição e utilização desses recursos, deverá ser observado que:

- 1) a Organização Social poderá contribuir com recursos próprios para a conta de recursos de contingência.
- 2) os recursos financeiros depositados na conta bancária a que se refere somente poderão ser utilizados, em conformidade com o estabelecido no CONTRATO DE GESTÃO, e com deliberação de 3/4 (três quartos) dos membros do Conselho de Administração da CONTRATADA e do Secretário da

Cultura, a quem é facultado delegar o exercício dessa competência, cabendo-lhes zelar por seu uso, em conformidade com o praticado por entidades congêneres.

3) Caso as contingências previstas refiram-se a ordens ou condenações judiciais em processos cíveis, trabalhistas e tributários ou sejam decorrentes de acordos judiciais em ações promovidas em face da CONTRATADA, na esfera federal, estadual ou municipal, de competência da justiça comum ou especializada, que tenham de ser cumpridos em prazo inferior a 15 (quinze) dias, fica desde já autorizada pelo Secretário da Cultura a utilização de recursos da conta bancária destinada a contingências, devendo a mesma ser aprovada pelo Conselho de Administração da CONTRATADA, sem prejuízo de outras eventuais utilizações na forma do subitem anterior.

4) No caso excepcional do subitem anterior, ficará a CONTRATADA obrigada a encaminhar à CONTRATANTE a documentação pertinente, com os devidos esclarecimentos referentes à movimentação efetuada, no relatório trimestral seguinte.

5) Ao final do CONTRATO DE GESTÃO, eventual saldo financeiro remanescente na conta de recursos de contingência será rateado entre o Estado e a Organização Social, observada a mesma proporção em que ela foi constituída.

6) Os saldos da conta, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês.

7) As receitas financeiras auferidas serão obrigatoriamente computadas a crédito do CONTRATO DE GESTÃO e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.

	2020	2019
Recursos de Contingências Contrato 04/2017 - Guri	864.390	847.492
Recursos de Contingências Contrato 05/2017 - Emesp	2.086.628	2.045.595
Recursos de Contingências Termo de Colaboração 01/FTMSP/2020 – TMSP	500.070	-
Total de Reservas de Contingências	3.451.088	2.893.087

14. Provisão para contingências

A Associação é parte (pólo passivo) em ações judiciais envolvendo questões trabalhistas.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	2020	2019
Contingências trabalhistas	-	244.105

	2019	2020		
	Saldo inicial	Acréscimos	Decréscimos	Saldo Final
Trabalhistas	244.105		(244.105)	-

	2020	2019
Contingências no longo prazo	274.512	391.962

	2019	2020		
	Saldo Inicial	Acréscimos	Decréscimos	Saldo Final
Civil	15.463	1.104	(16.567)	-
Trabalhistas	376.499	82.505	(184.493)	274.512

Outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, no montante de R\$ 24.912.067 em 2020 (R\$ 636.067 em 2019 para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

15. Recursos aplicados em ativos permanentes

	2020	2019
Recursos aplicados	2.000.091	2.697.954

Conforme demonstrado na nota explicativa 3(b), os recursos que são aplicados na aquisição de ativos imobilizados e intangível são reconhecidos como uma receita diferida no passivo não circulante e são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência, no mesmo prazo e pelos mesmos montantes das despesas de depreciação e amortização do ativo imobilizado e diferido em atendimento a CPC 07 (R1). Vide nota explicativa 8 (ativo imobilizado).

Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.697.954
Adição de imobilizado (nota explicativa 8)	58.601
Custo residual baixado de imobilizado	- 2.600
Depreciação do imobilizado (nota explicativa 8)	- 753.864
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.000.091

16. Partes relacionadas

A Associação não possui partes relacionadas e a diretoria da Associação não é remunerada.

17. Patrimônio líquido

O patrimônio social da Associação poderá ser formado pelas doações recebidas, pelas dotações especiais e pelos superávits e/ou déficits acumulados, repassados a Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina. Em 2020 o Patrimônio Líquido foi de R\$ 2.562.101.

De acordo com o Estatuto Social, em caso de dissolução ou extinção, o patrimônio social remanescente é destinado para uma entidade beneficente congênere ou afim, sem fins econômicos e lucrativos, registrado no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, se a lei exigir e de preferência constituída pelas "religiosas Professas, Irmãs Marcelinas", conforme for fixado pela Assembleia Geral.

18. Receitas realizadas de Recursos do contrato de gestão

	2020	2019
Programa Guri (04/2017)	23.956.601	28.880.447

Projeto Emesp (05/2017)	31.144.631	36.429.078
Termo de Colaboração 01 FTMSP 2020	24.976.493	-
Total Receitas Realizadas Contrato de Gestão	80.077.725	65.309.525

19. Receitas realizadas de Projetos especiais

	2020	2019
Pronac 17.6510	-	-
Pronac 18.3581	1.807.295	2.879.264
Outros projetos	-	99.981
Total Receitas Realizadas Projetos Especiais	1.807.295	2.979.245

20. Outras receitas operacionais

	2020	2019
Doações pessoas físicas e jurídicas	499.606	60.496
Receitas próprias	166.494	103.369
Outras	25.832	19.980
Total outras receitas	691.931	183.845

21. Instrumentos financeiros

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante este exercício a Associação não realizou operações com derivativos.

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2020, a Associação está sujeita a risco de liquidez e de crédito.

Risco de liquidez é o risco em que a Associação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Associação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação. Pelo fato da Associação ter suas despesas suportadas em contrato de gestão, todas as obrigações da Associação estão associadas a recursos financeiros já recebidos e com restrição de uso. Todas as dívidas da Associação, exceto as provisões para contingências são exigíveis a curto prazo e o capital de giro está representado da seguinte forma:

	2020	2019
Ativo circulante	51.515.075	14.492.181
Passivo circulante	51.272.133	14.248.564
Capital de giro	1.00	1.01

Devido ao impacto no aumento do endividamento a Curto Prazo, para o índice acima foi deduzido do total do Ativo Circulante o valor de R\$ 141.864,64 relativo ao arrendamento (NBC TG 06).

Risco de crédito é o risco de a Associação incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente do risco de perda nos recursos aplicados, porém o risco é reduzido em função da totalidade dos recursos estarem aplicados em bancos considerados de primeira linha.

22. Informações por projetos

As informações por projetos estão sendo apresentadas segregando os resultados da Associação, bem como seus ativos e passivos entre os projetos em andamento, os quais estão descritos na nota explicativa 1 (Programa Guri e Projeto EMESP).

Demonstrações de resultados

2019

Contas	GURI	EMESP	Outros projetos	Associação	Total dos projetos
Recursos dos contratos de gestão	28.511.005	35.822.197	-	-	64.333.202
Projetos especiais	-	-	2.879.265	-	2.879.265
Outras receitas	369.442	606.881	-	283.826	1.260.149
Receitas operacionais	28.880.447	36.429.078	2.879.265	283.826	68.472.616
Despesas operacionais	(28.880.447)	(36.429.078)	(2.879.265)	(693.884)	(68.882.674)
Resultado do exercício	-	-	-	(410.058)	(410.058)

2020

Contas	GURI	EMESP	Outros projetos	TMSP	SMC	Total dos projetos
Recursos dos contratos de gestão	23.956.601	31.144.631	-	24.976.493	-	80.077.725
Projetos especiais	-	-	1.807.295	-	-	1.807.295
Outras receitas	10.137	19.212	2.500	43.280	616.803	691.931
Receitas operacionais	23.966.738	31.163.843	1.809.795	25.019.773	616.803	82.576.952
Despesas operacionais	(23.966.738)	(31.163.843)	(1.809.795)	(25.019.773)	(937.040)	(82.897.189)
Resultado do exercício	-	-	-	-	(320.237)	(320.237)

23. Cobertura de seguros

A Associação adota a política de contratar cobertura de seguros contra incêndio, risco diversos para os bens do ativo imobilizado e responsabilidade civil, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras,

consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

24. Despesas operacionais por projetos

Demonstração do Resultado	MATRIZ	GURI	EMESP	PRONAC	TMSP	Total
	2020					
Despesas com pessoal	-	(15.742.368)	(16.671.453)	-	(17.489.239)	(49.903.060)
Despesas com encargos sociais	-	(4.706.048)	(5.091.594)	-	(5.597.493)	(15.395.135)
Despesas administrativas	(422.252)	(669.127)	(878.717)	(203.580)	(265.328)	(2.439.004)
Despesas com Depreciação	(328.259)	(300.658)	(453.206)	-	-	(1.082.123)
Serviços prestados por terceiros	(142.483)	(1.832.804)	(6.972.613)	(1.572.352)	(1.667.619)	(12.187.871)
Despesas de Locação	(12.035)	(620.348)	(963.064)	(31.551)	-	(1.626.998)
Impostos e taxas	(1.605)	(74.316)	(107.644)	-	-	(183.565)
Despesas Financeiras	(18.389)	(21.068)	(25.553)	(2.311)	(95)	(67.416)
Total do resultado	(925.023)	(23.966.737)	(31.163.844)	(1.809.794)	(25.019.774)	(82.885.172)

Demonstração do Resultado	MATRIZ	GURI	EMESP	PRONAC	TMSP	Total
	2019					
Despesas com pessoal	-	(18.062.475)	(17.889.990)	-	-	(35.952.465)
Despesas com encargos sociais	-	(5.595.678)	(5.567.931)	-	-	(11.163.609)
Despesas administrativas	(82.280)	(1.921.738)	(1.841.300)	(390.771)	-	(4.236.089)
Despesas com Depreciação	(327.477)	(369.442)	(606.881)	-	-	(1.303.800)
Serviços prestados por terceiros	(225.338)	(2.256.566)	(9.223.477)	(2.448.477)	-	(14.153.858)
Despesas de Locação	(34.617)	(568.633)	(1.125.821)	(38.200)	-	(1.767.271)
Impostos e taxas	(3.280)	(86.241)	(144.496)	-	-	(234.017)
Despesas Financeiras	(9.392)	(19.673)	(29.181)	(1.819)	-	(60.065)
Total do resultado	(682.384)	(28.880.446)	(36.429.077)	(2.879.267)	-	(68.871.174)

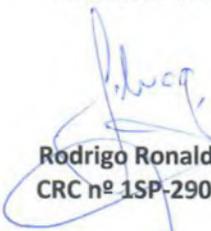
25. Trabalho Voluntário

Em observação a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade 1.409/12, ITG 2002 a entidade registrou o montante de R\$ 12.015,75 com trabalhos voluntários no exercício de 2019. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidos no resultado do exercício como receita no grupo de receita operacionais em contrapartida nas despesas.

* * *


Rosane Ghedin
Diretora Presidente

Ir. Rosane Ghedin
RG: 19.838.222-4
CPF: 128.400.028-17
Diretora Presidente


Rodrigo Ronald H. Silva
CRC nº 1SP-290165/O-2